

País precisa de US\$ 13,4 bi até dezembro

Segundo dados do próprio governo, valor pagaria amortizações da dívida externa e os juros

Mônica Izaguirre
de Brasília

Apesar do cenário externo desfavorável, o Brasil terá de continuar se esforçando para atrair capitais nos próximos três meses, caso não queira perder mais reservas. Só para pagar as amortizações da dívida externa de médio e longo prazo e os juros que vencem no período, o País precisará de aproximadamente US\$ 13,4 bilhões de outubro a dezembro, segundo dados do próprio governo.

O número foi fornecido pelo Departamento Econômico do Banco Central (Depec) e inclui obrigações do setor público e privado. Conforme o Depec, desse total, os vencimentos previstos de amortizações representam US\$ 8,1 bilhões e os de juros, US\$ 5,3 bilhões.

Para 1999, informou ainda o Depec, as amortizações estão previstas em US\$ 25 bilhões e os pagamentos brutos de juros, em US\$ 17 bilhões. Ou seja, o País ainda precisará de US\$ 42 bilhões para refinanciar a sua dívida externa de médio e longo prazos no próximo ano. A dívida de curto prazo, que gira toda em doze meses, andava na casa dos US\$ 37 bilhões em junho último, mas pode chegar ao final de 1998 um pouco mais baixa por causa da não renovação de alguns empréstimos, em especial as operações conhecidas como "63 caipira".

O valor projetado para 1999, em relação à dívida de médio e longo prazos, é muito próximo do previsto para o ano em curso. Em todo o ano de 1998, os vencimentos de juros somarão cerca de US\$ 16,1 bilhões e as amortizações da dívida de médio e longo prazo, US\$ 26,6 bilhões, num total de US\$ 42,7 bilhões.

O cronograma de vencimento da dívida externa de curto prazo nos próximos três meses não foi informado. No final de junho último, o saldo desta dívida mais curta estava em US\$ 37,129 bilhões, dentro de uma dívida externa total de US\$ 228,186 bilhões — US\$ 191,057 bilhões eram obrigações contratadas para pagamento a médio ou longo prazo (um ano ou mais).

Altamir Lopes, chefe do Depec, diz que a dívida de curto prazo não representa maiores preocupações porque está concentrada em créditos ao comércio exterior. E as linhas comerciais, segundo ele, "nunca deixaram de ser roladas, nem nos piores momentos dos anos 80", quando a escassez de oferta de capitais externos ao Brasil levou o País a decretar moratória.

A dificuldade maior em relação à dívida de curto prazo, segundo Lopes, são as operações "63 caipira" (empréstimos tomados por bancos para repasse à agricultura, mas destinados a títulos federais). Essas linhas quase não têm sido roladas, apesar da facilidade oferecida pelo governo, que permite a destinação do dinheiro para seus papéis.

Em junho, o estoque das "63 caipira" de curto prazo era de R\$ 8,114 bilhões, diz o BC. Como quase não houve rolagem, em 23 de setembro, o saldo já estava reduzido a R\$ 4,5 bilhões, informou Lopes. Ele não discriminou quanto disso vencerá de outubro até dezembro.

Mas como essas são operações normalmente de seis meses, pelos

valores captados em abril, maio e junho, é possível supor que deverão estar vencendo nos próximos três meses US\$ 1,856 bilhão. Se a conta estiver certa, isso eleva para mais ou menos US\$ 15,2 bilhões o volume necessário para financiar os desembolsos de dívida do trimestre, excetuando a rolagem das linhas de crédito ao comércio, cujo cronograma de vencimentos não se conhece.

Embora não estejam classificados como dívida, sob o ponto de vista do valor que potencialmente poderia deixar o País nos próximos três meses, os investimentos em fundos de renda fixa para estrangeiros precisam ser levados em conta. Trata-se de um capital volátil, que pode ir embora a qualquer momento.

O último dado de estoque indica que, no dia 23 de setembro, ainda havia US\$ 2,2 bilhões aplicados nesses fundos. Portanto, na extrema e improvável hipótese de esse dinheiro ir todo embora, as necessidades de desembolso do trimestre subiriam para US\$ 17,4 bilhões, mais uma vez lembrando que não estão considerados aí eventuais pagamentos líquidos de linhas comerciais.

Também não fazem parte desse cálculo eventuais saídas líquidas do dinheiro externo aplicado via bolsas de valores ou mediante compra de títulos representativos de ações de empresas brasileiras no exterior ("depository receipts"). Não há estimativas de potenciais saídas.

Mas não só para fazer frente a pagamentos de dívida ou a saída de investimentos, o Brasil precisará de recursos.

O déficit em transações correntes (comércio, serviços e transferências unilaterais), dentro do qual os juros são apenas uma parcela, precisará ser financiado, ou com entrada de capitais externos ou com utilização de reservas cambiais.

Não há uma estimativa oficial disponível sobre o déficit que poderá ser gerado especificamente nos três últimos meses do ano. Mas espera-se que o buraco seja menor que igual período do ano passado, quando, excluídos os pagamentos brutos de juros, houve um déficit de US\$ 5,7 bilhões (no total, o déficit foi de US\$ 10,95 bilhões no trimestre).

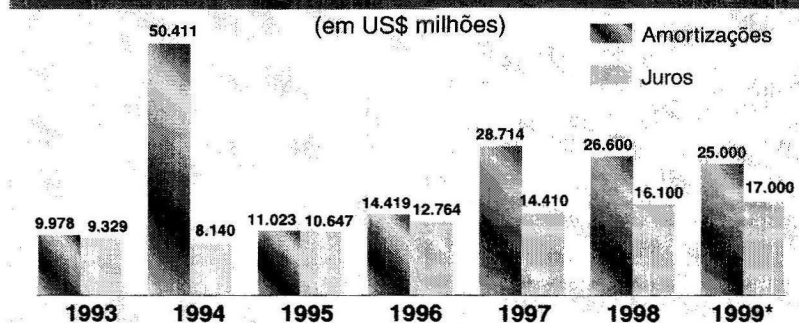
Apesar da crise externa, o Banco Central brasileiro tem-se mostrado confiante e acredita que o país conseguirá atrair capitais externos para financiar os compromissos previstos para os próximos três meses. Conforme Altamir Lopes, já há sinais, por exemplo, de entrada líquida de empréstimos, o que significa que os pagamentos de dívida estão voltando a ser financiados por novos capitais. Nos cinco dias úteis terminados em 24 de setembro, a diferença entre empréstimos ingressados e pagos ficou em média positiva em US\$ 17 milhões por dia, informou o chefe do Depec.

O BC conta ainda com a continuidade do fluxo de investimentos diretos estrangeiros. Para todo o ano de 98, são esperados cerca de US\$ 21 bilhões de ingressos nessa modalidade. Até dia 24 de setembro, tinham ingressado US\$ 17,8 bilhões desde o início do ano. Devem entrar até dezembro mais US\$ 3,2 bilhões em investimentos diretos. ■

(Mais informações nas págs. B-3 e 5)

Compromissos externos

(em US\$ milhões)



Fonte: Banco Central
* Projeção do Banco Central